

XI - ESTRUTURA E FORMA URBANA

CONSULTAR

JANEIRO DE 2009

PLANTA 19 – ESTRUTURA E FORMA URBANA

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	2
XI ESTRUTURA E FORMA URBANA	
1. INTRODUÇÃO	4
2. O TERRITÓRIO	5
2.1. Macro-escala	5
2.1.1. Factores Naturais	6
2.1.2. Factores Humanos	7
2.1.3. Factores regulamentares	8
2.1.4. Em síntese	9
2.2. Micro-Escala	10
2.2.1. Estrutura Fundiária	10
2.2.2. Espaços Públicos	12
2.2.3. Espaços Construídos	14
3. PROPOSTAS	19
3.1. Espaços Públicos	19
3.1.1. Afirmar o Espaço Público como Prioridade	19
3.1.2. Definir, Valorizar e Ampliar uma Rede de Contínuos	19
3.1.3. Identificar e Valorizar (e Criar) Espaços de Referência	20
3.1.4. Equilibrar a relação Automóvel vs. Peão	20
3.1.5. Construir um Espaço Público acessível a Todos	21
3.1.6. Regulamentar a Ocupação e Gestão do Espaço Público	21
3.1.7. Estimular a Articulação com a Estrutura Natural	21
3.2. Espaço Construído	22
3.2.1. Território Concelhio	22
3.2.2. Padrões Ocupacionais	24

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Factores preponderantes para a compreensão da estrutura e forma urbana	5
Figura 2	Declives e Exposição Solar	7
Figura 3	Rede de acessibilidades e localização das actividades económicas	8
Figura 4	Condicionantes	9
Figura 5	Mancha de espaço construído	9
Figura 6	Cadastro Rústico 1951	11
Figura 7	Padrões Ocupacionais	14
Figura 8	Áreas Críticas	17
Figura 9	Unidades Territoriais Homogéneas	23
Figura 10	Principais Tipologias de Intervenção por Tipologia de Espaços Urbanos	25

XI - ESTRUTURA E FORMA URBANA

1. INTRODUÇÃO

As formas de povoamento estão inevitavelmente relacionadas com factores naturais e humanos que condicionaram o desenvolvimento dos territórios. A análise das formas de povoamento e a sistematização das fases de crescimento (quando existem dados que o tornam possível) têm como principal objectivo perceber as tendências e perspectivar caminhos de crescimento urbano sustentável.

O estudo da estruturação do território pressupõe o conhecimento do povoamento, ou seja, das formas de apropriação dos territórios:

- Primeiro, o conhecimento das grandes unidades de ocupação urbana – núcleos ou estruturas lineares, considerando as características físicas do território como factores condicionantes do uso do solo e da sua organização espacial, os níveis de acessibilidade e os projectos/elementos âncora das dinâmicas de crescimento – **Macro escala**;
- Segundo, uma abordagem mais circunscrita à forma urbana, que corresponde à avaliação do modo como o espaço público (rede viária local e espaços de estar – alargamentos, largos, praças e jardins) foi dando resposta às necessidades dos habitantes, como o edificado se foi transformando com o tempo quer ao nível formal quer volumétrico ou mesmo de utilização dos materiais e relacionamento com o espaço público – **Micro escala**.

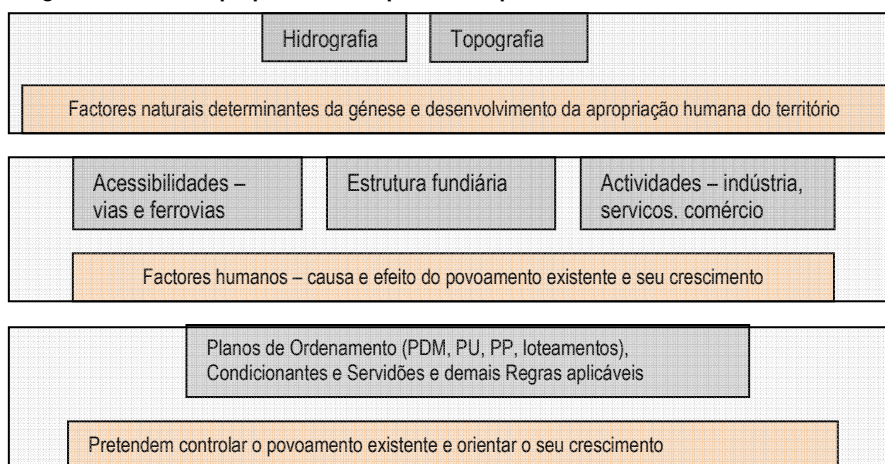
O cruzamento das duas abordagens permitirá definir estratégias de requalificação do espaço construído, prever tipologias de ocupação de novas áreas, introduzir elementos de qualificação territorial, e definir quais as estratégias a seguir.

2. O TERRITÓRIO

2.1. MACRO-ESCALA

Antes de avançar para uma caracterização mais detalhada do espaço urbano concelhio importa perceber as causas e efeitos deste povoamento numa perspectiva generalista. Isto é, importa estruturar uma caracterização à escala concelhia percebendo a rede urbana existente, as complementaridades e descontinuidades que se foram vincando ao longo dos anos e que se equacionará a vantagem de manter ou contrariar.

Figura 1 - Factores preponderantes para a compreensão da estrutura e forma urbana



A Hidrografia e Topografia, regra geral, ditaram a apropriação humana original do território. As sucessivas pressões de crescimento levaram ao desrespeito destas duas componentes naturais fundamentais para o equilíbrio da ocupação humana. Nos territórios metropolitanos assiste-se cada vez em maior escala ao comprometimento do equilíbrio dos sistemas naturais pondo em risco a ocupação humana.

Havendo numa região um grau de homogeneidade dos factores naturais assinalável, são os **Factores Humanos** que introduzem especificidades e desencadeiam processos de especialização com consequente necessidade de interdependências e funcionamento em rede.

Os factores humanos são determinantes na estruturação dos aglomerados, cuja influência é recíproca. Ou seja, elementos como: acessibilidades, usos e estrutura fundiária, são factores que influenciam o crescimento dos aglomerados, mas também são influenciados por esse mesmo crescimento, são assim causa e consequência dos modelos ocupacionais instalados.

Os **Factores Regulamentares** induzem/determinam o modelo de ocupação espacial existente. Refiram-se as condicionantes e servidões administrativas legalmente em vigor (REN, RAN, rede eléctrica, Imóveis classificados, Protecção a Infra-estruturas, etc.) e os planos de Ordenamento do Território que vigoram no concelho – Plano Director Municipal em vigor, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor em vigor e em elaboração.

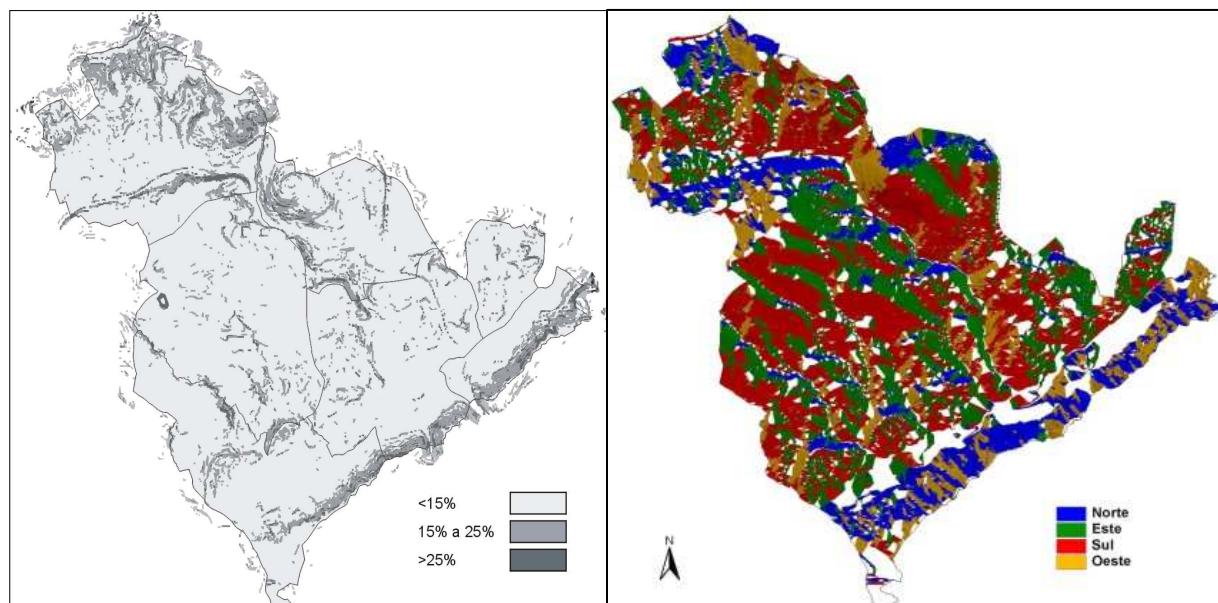
2.1.1. FACTORES NATURAIS

Do Ponto de vista morfológico, pode dizer-se que o suporte físico do território do município de Odivelas é acentuadamente acidentado e declivoso. Na sua maioria, apresenta uma topografia com declives inferiores a 15% sendo aí que ocorreu e continua a ocorrer a maioria das dinâmicas construtivas. Porém registam-se significativas áreas com declives superiores a 15% nos extremos Sul e Norte, onde ocorrem ocupações urbanas de génese ilegal.

Quase todo o território está exposto a Nascente e a Sul. É de assinalar que a zona Sul, em zona de costeira voltada a Norte, compreendendo em grande parte declives superiores a 15%, é onde ocorrem as ocupações ilegais mais problemáticas.

Refira-se ainda que decorre da característica morfológica do suporte físico, designadamente os vales encaixados das principais linhas de água, assim como a cota baixa do vale principal (Rio da Costa, Ribeira de Odivelas, Ribeira da Póvoa e suas margens) representam barreiras físicas à continuidade do tecido urbano, provocando roturas difíceis de transpor.

Figura 2 – Declives e Exposição Solar



Declives

As zonas onde a ocupação urbana ocorre são maioritariamente correspondentes a declives inferiores a 15%.

Nas zonas com declives superiores, mais problemáticas, ocorrem ocupações ilegais.

Exposição Solar

Quase todo o território está exposto a Nascente e a Sul. É de assinalar a zona Sul onde ocorrem as ocupações ilegais mais problemáticas, que, para além de ter declives muito acidentados, é uma encosta voltada a Norte.

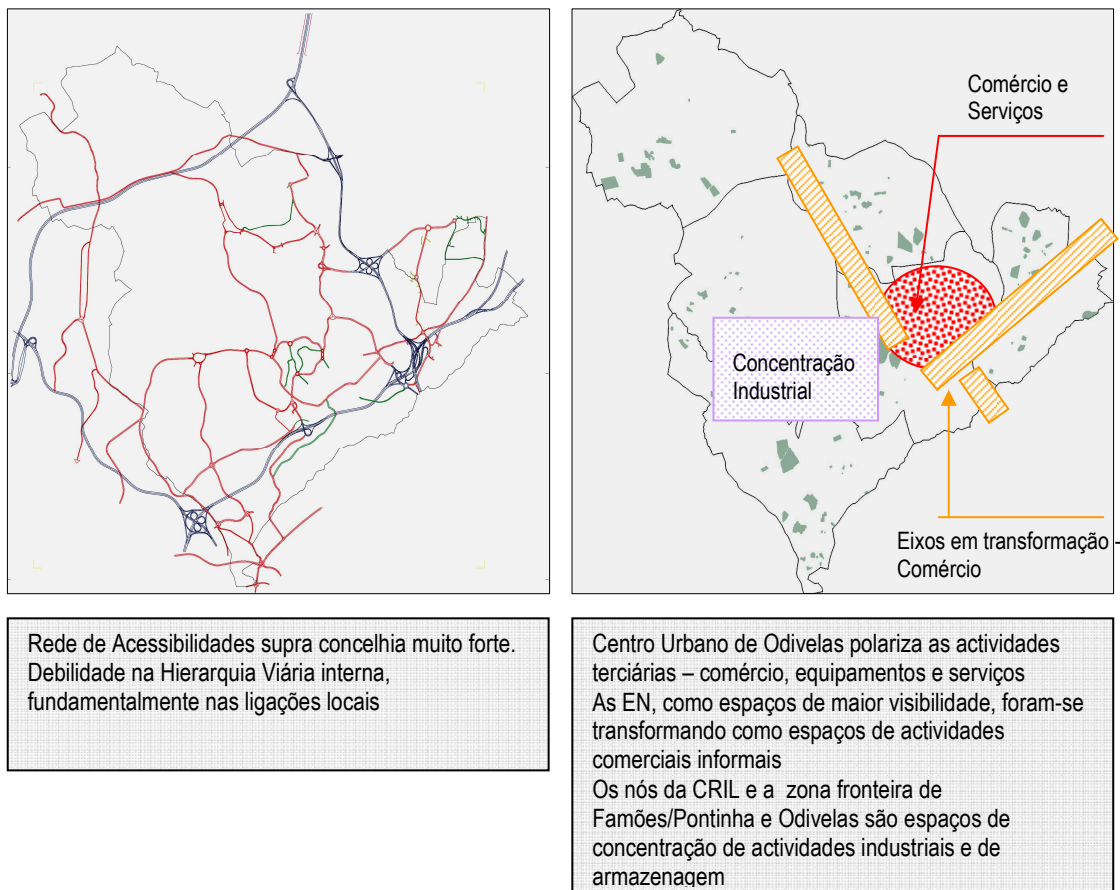
2.1.2. FACTORES HUMANOS

A rede de acessibilidades de âmbito regional, ao incrementar os padrões de mobilidade inter concelhia veio também potenciar os efeitos barreira indesejáveis para o bom funcionamento da cidade como espaço urbano e social. As ligações destas infra-estruturas regionais à rede intra-concelhia gerou grandes áreas inacessíveis e algumas delas, em especial as da zona Sul do Concelho, com níveis de tráfego problemáticos. Ao nível local, destacam-se as EN como espaços de estruturação e ligação de territórios urbanos, onde se foram instalando espaços comerciais informais.

No que se refere às actividades económicas – geradores de emprego – importa salientar o centro urbano de Odivelas como polarizador da maioria dos serviços e equipamentos de espectro municipal, o que em grande medida contribuiu para que fosse este o território mais apelativo como local de residência.

A actividade industrial aparece disseminada por todo o território concelhio, podendo destacar-se o espaço fronteira de Famões, Pontinha e Odivelas como o local mais representativo neste sector.

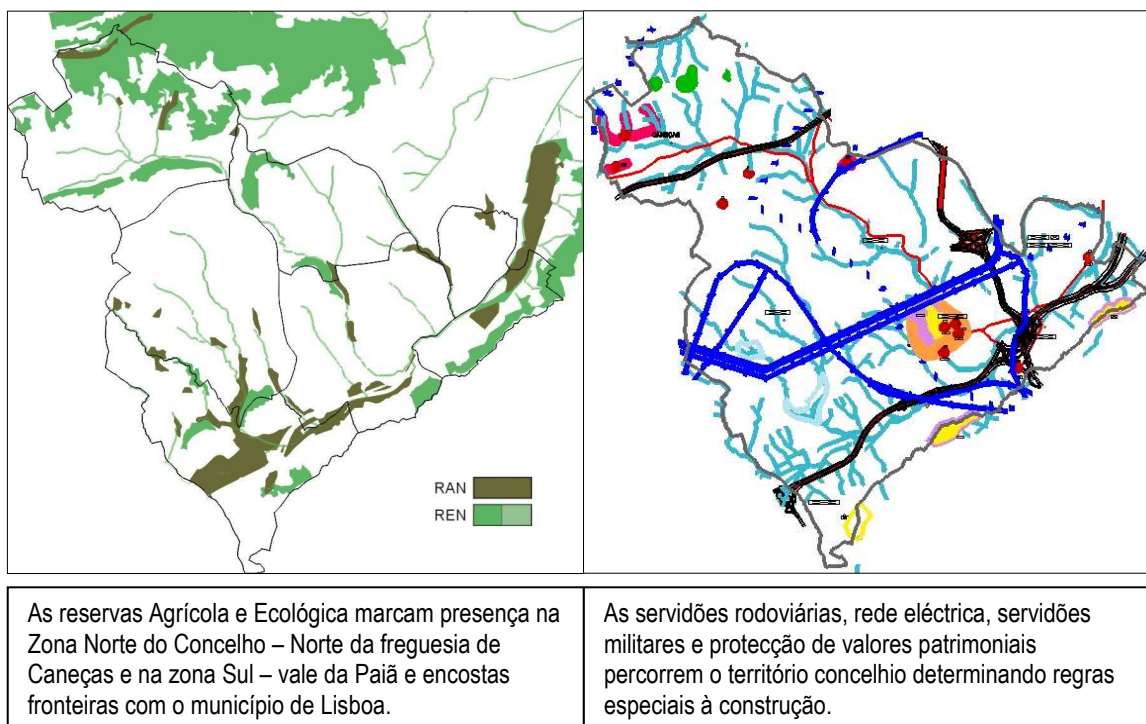
Figura 3 – Rede de acessibilidades e localização das actividades económicas



2.1.3. FACTORES REGULAMENTARES

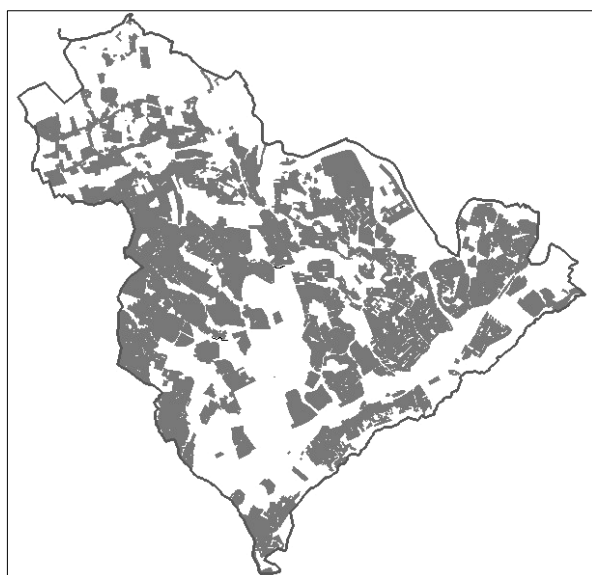
Existe um conjunto de servidões e condicionantes que moldam a possibilidade de transformação do território. Destacam-se as Reservas Ecológica e Agrícola Nacional e as servidões rodoviárias pela abrangência territorial.

Figura 4 – Condicionantes



2.1.4. EM SÍNTESE

Figura 5 – Mancha de espaço construído



A abordagem à forma e estrutura urbanas do concelho de Odivelas obriga ao conhecimento dos factores descritos que, directa ou indirectamente, influenciaram ou determinaram o tecido urbano actualmente existente.

Estamos na presença de um concelho marcadamente construído, cuja ocupação se caracteriza pela continuidade nas freguesias de Odivelas, Ramada, Famões e Póvoa de Sto Adrião. Apesar de afastadas desta principal massa construída, as freguesias de Caneças e Pontinha também são

representativas de um tecido urbano consolidado. A freguesia de Olival Basto, em grande medida resultado da construção de infra-estruturas rodoviárias regionais, apresenta uma clara separação do restante concelho.

A análise à micro-escala tem a preocupação de sistematizar as diferentes formas urbanas segundo características que ajudam a estruturar a classificação e regulamentação do solo urbano - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

2.2. MICRO-ESCALA

2.2.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Embora não exista um estudo rigoroso do cadastro geométrico da propriedade é possível, observando os elementos disponíveis do Cadastro Rústico de 1951, perceber o contributo da estrutura fundiária para a organização espacial de Odivelas.

A estrutura fundiária de Odivelas era caracterizada por um misto de pequenas propriedades e quintas de dimensões mais significativas.

Caneças, que ainda hoje mantém um carácter de uma certa ruralidade, mais acentuado onde a ocupação florestal apresenta algum significado, conseguiu manter as principais quintas longe de processos de urbanização, quer legais quer ilegais. Contribuíram para esta situação, a envolvente florestal, a localização periférica com o afastamento dos principais núcleos urbanos e um ambiente de repouso e lazer, com maior identificação com a zona saloia.

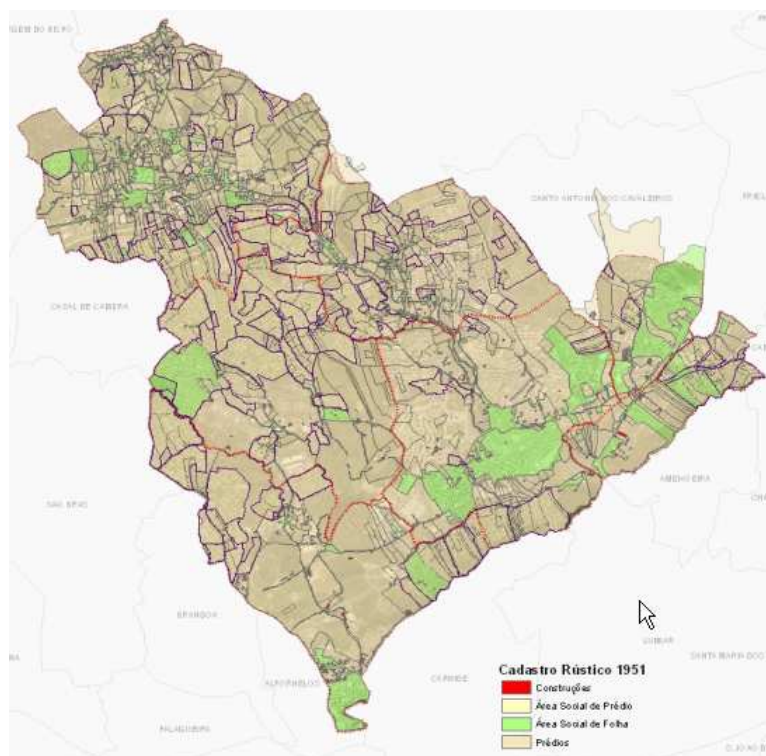
Nas Freguesias de Famões ou mesmo nas franjas da Freguesia da Ramada foi diferente: propriedades/quintas com dimensões significativas, sujeitas à influência dos principais centros urbanos e aos movimentos e fenómenos da suburbanização da área Metropolitana de Lisboa; preços mais baixos e procuras intensas, associados a um desenho cadastral relativamente regular e geométrico, incentivaram uma apetecida divisão da propriedade, processos estes que aconteceram de forma legal e ilegal. Foi aqui que se desenvolveram as principais urbanizações hoje classificadas como AUGI, que actualmente, na sua generalidade, estão em processo de legalização.

O mesmo fenómeno ocorreu na encosta Sul. Às portas de Lisboa (Calçada de Carriche), é compreensível a intensificação do fenómeno num quadro de expansão suburbana. No entanto as características topográficas da encosta eram e são hoje muito mais desfavoráveis: sujeitas a riscos de erosão e de duvidosa segurança geotécnica.

A Várzea do Rio da Costa e a zona da Paiã que correspondem hoje aos principais espaços não urbanizados do concelho, evitaram esse fenómeno de urbanização massificada por duas razões essenciais e que ainda hoje se mantêm válidas: as áreas da Várzea são áreas de vocação agrícola e sujeitas a riscos de inundação que não lhes conferem vocação urbanística, encontrando-se na posse da Junta Distrital.

O Pinhal da Paiã e as Quintas dos Cedros e das Dálias representam ainda propriedades de grandes dimensões. O Pinhal na posse da Junta Distrital garante a presença de uma zona de descompressão vocacionada para o recreio e o lazer. Sobre as restantes incide a expectativa, por via do PDM de Loures em vigor, da classificação (mesmo que parcial) de espaços industriais. O PDM de Odivelas encontra nestes espaços uma oportunidade de desenvolvimento de uma zona de lazer de dimensão significativa associada ao desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia.

Figura 6 – Cadastro Rústico 1951



2.2.2. ESPAÇOS PÚBLICOS

A estrutura espacial, constituída pelos espaços de circulação e de estadia, é normalmente mais antiga que o espaço edificado, tendo sido negligenciada aquando das operações urbanísticas adjacentes e, consequentemente adulterada. Os espaços públicos espelham a forma de ocupação urbana e traduzem estratégias funcionais para as quais foram desenhados.

No interior dos aglomerados foram surgindo centros de influência e espaços de estadia, disseminados pela malha urbana e que ainda hoje se constituem como elementos fundamentais da sua estruturação e lógica organizacional.

Estes espaços surgem em vários momentos da história, cuja génese difere de caso para caso. Muitas vezes surgem como espaços com perímetros bem definidos, cujo desenho está associado à regeneração de espaço público e ao surgimento de novas massas edificadas; outras vezes como espaços que surgem da assimilação por parte da população, estando referenciados e associados a acontecimentos populares (feiras, festas); outras vezes, os mais residuais, surgem da implementação de massas edificadas aquando de loteamentos ou simples licenciamentos, nos quais apenas existe o objectivo principal de cumprimento das condicionantes legais, dando lugar a aglomerados, cujo desenho urbano, quando existe, surge sem grande rigor, gerando aglomerações de massas edificadas, pontuadas por espaços intersticiais, cujas dimensões e localização face ao aglomerado torna-os inóspitos e inúteis.

As diferentes origens e lógicas destas áreas torna-as elementos de uma rede de espaços que foram ganhando vida, à medida que foram ganhando significado e sendo apropriados pela população.

Tendo em consideração a análise e diagnóstico produzido na primeira fase do plano, bem como a definição dos principais objectivos e princípios estratégicos que qualquer intervenção no sistema de espaços públicos deve reiterar, importa relembrar os seguintes pontos do diagnóstico.

As intervenções levadas a cabo em Odivelas não seguiram um fio condutor, criando uma imagem urbana caótica ilegível.

O estado global do espaço público de Odivelas, apesar dos diferentes subsistemas que o constituem, demonstra degradação e desarticulação. Sendo possível observar várias intervenções pontuais, recentes, que denotam maior sensibilidade e empenho em contrariar esse percurso.

Sistemas Locais de Espaço Público

ODIVELAS	- Tecido urbano consolidado - Exiguidade dos espaços de circulação - Descontinuidade de percursos - Conflito entre circulação pedonal e rodoviária - Carência de espaços para estacionamento automóvel - Elementos de referência - Vivência de espaços exteriores
CANEÇAS	- Núcleo urbano consolidado - Descontinuidade de percursos - Conflito entre circulação pedonal e rodoviária - Elementos de referência - Vivência de espaços exteriores
PONTINHA	- Núcleo urbano consolidado - Interrupção de sub-sistemas - Carência de espaços para estacionamento automóvel - Ausência de espaços de descompressão - Territórios contíguos a outras freguesias externas ao concelho
POVOA DE SANTO ADRIÃO	- Núcleo urbano consolidado - Vivência de espaços exteriores - Carência de espaços para estacionamento automóvel - Conflito entre circulação pedonal e rodoviária
FAMÕES	- Monotonia de traçado e forma urbana - Illegibilidade urbana, sem elementos de referência - Ausência de hierarquia viária - Falta de espaços de ancoragem (centro funcional) - Carência de espaços para estacionamento automóvel - Ausência de espaços de descompressão - Territórios contíguos a outros sistemas externos ao concelho
OLIVAL BASTO	- Núcleo urbano consolidado - Delimitado por infra-estruturas viárias e topografia - Carência de espaços para estacionamento automóvel - Vivência de espaços exteriores
RAMADA	- Dificuldades de circulação decorrentes de declives acentuados - Delimitado por infra-estruturas viárias e topografia - Fragmentação de sub-sistemas

2.2.3. ESPAÇOS CONSTRUÍDOS

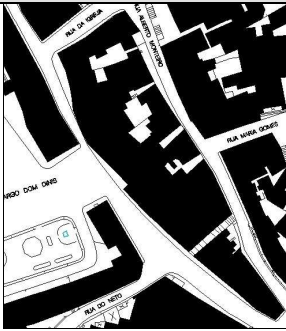
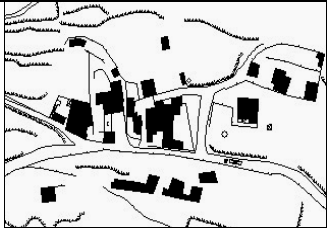
A abordagem às estruturas e formas urbanas existentes no concelho tem como principal base o conhecimento adquirido no terreno e nas reuniões com os autarcas das juntas de freguesia e com os técnicos da Câmara Municipal, levadas a cabo desde o início do plano.

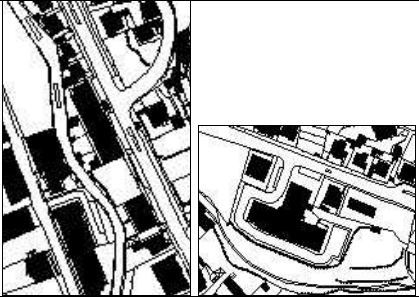
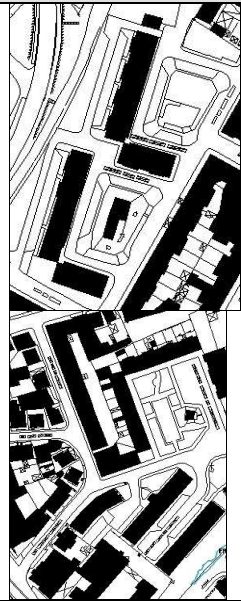
Padrões ocupacionais Tipo

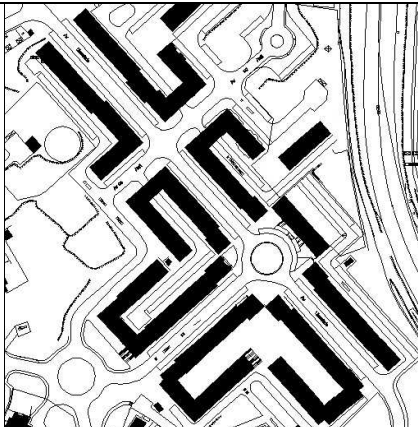
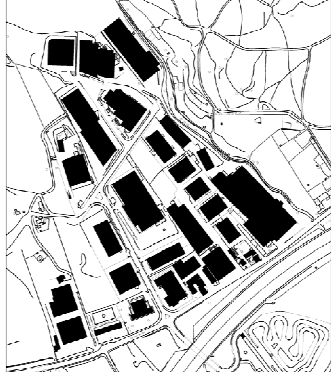
No território de Odivelas é possível identificar padrões ocupacionais característicos de etapas de crescimento e de contextos sócio-urbanísticos diferentes, cujas características espelham preocupações e normas igualmente diferentes.

Assim, dada a complexidade do território, poderão identificar-se áreas correspondentes a padrões ocupacionais diferentes, de acordo com a figura 7.

Figura 7 – Padrões Ocupacionais

Padrão Ocupacional (P)	Características
P1 – Zonas antigas	
	▪ Quarteirões ocupados quase na sua totalidade por espaços construídos. ▪ A escala urbana adequa-se a uma vivência de bairro. ▪ O espaço público que, na sua génese serviu como espaço de estruturação da ocupação, actualmente serve, inadequadamente, de suporte ao tráfego automóvel. ▪ Património edificado, marcado pelo abandono e degradação, mantém características simbólicas e arquitectónicas ligadas à identidade local
P2 - Zonas de Tipologia Unifamiliar Dispersa	
	▪ Retalhos de espaço construído que povoam o território rural. ▪ Lógica de ocupação dispersa e isolada, sem nenhuma articulação directa com a envolvente construída ou natural. ▪ Sem espaços públicos, apenas existem as ligações viárias de suporte.

	P3 – Zonas de Tipologia Unifamiliar Concentrada ▪ Zonas predominantemente de génese ilegal (AUGI). ▪ Espaços estruturados por uma malha ortogonal sem hierarquia ou distinção funcional dos espaços de circulação. ▪ Territórios marcados pelas extensas manchas de espaços construídos. Os elementos base de todo o desenho são o lote e o arruamento. ▪ Estes aglomerados não têm legibilidade, dado o facto de não existirem elementos de diferenciação da malha e do tecido urbano, sendo, por estas razões, territórios monótonos.
	P4 – Zonas Lineares de Tipologia Multifamiliar ▪ Associadas aos principais eixos de distribuição – EN250-2, N250 e EN8, aparecem espaços construídos multifamiliares, fruto de espaços vazios ou da demolição de zonas unifamiliares devolutas; ▪ Nalguns casos coexistem com zonas de tipologia Unifamiliar e apenas diferem destas em termos volumétricos, uma vez que estabelecem a mesma relação com o espaço viário de suporte.
	P5 – Zonas Centrais de Tipologia Multifamiliar ▪ Zonas actualmente consideradas centrais, com ocupação mais antiga; ▪ O desenho do espaço público não se limita à circulação. Aparecem praças, pequenos jardins, espaços de equipamentos e outros acontecimentos que qualificam não só o local onde ocorrem como toda a envolvente; ▪ A criação de espaços públicos decorre de uma variação da forma de implantação dos polígonos, factor que valoriza a imagem da cidade; ▪ As imagens apresentadas para este padrão ocupacional demonstram a diversidade de implantações existentes. Todas elas com a integração de espaços públicos, de estacionamento e circulação que se desenvolvem paralelamente aos eixos viários principais, não sendo estes últimos estruturantes da ocupação; ▪ Na acessibilidade, destacam-se os impasses que se foram multiplicando pelo território urbano.
P6 - Zonas de “nova” Tipologia Multifamiliar	

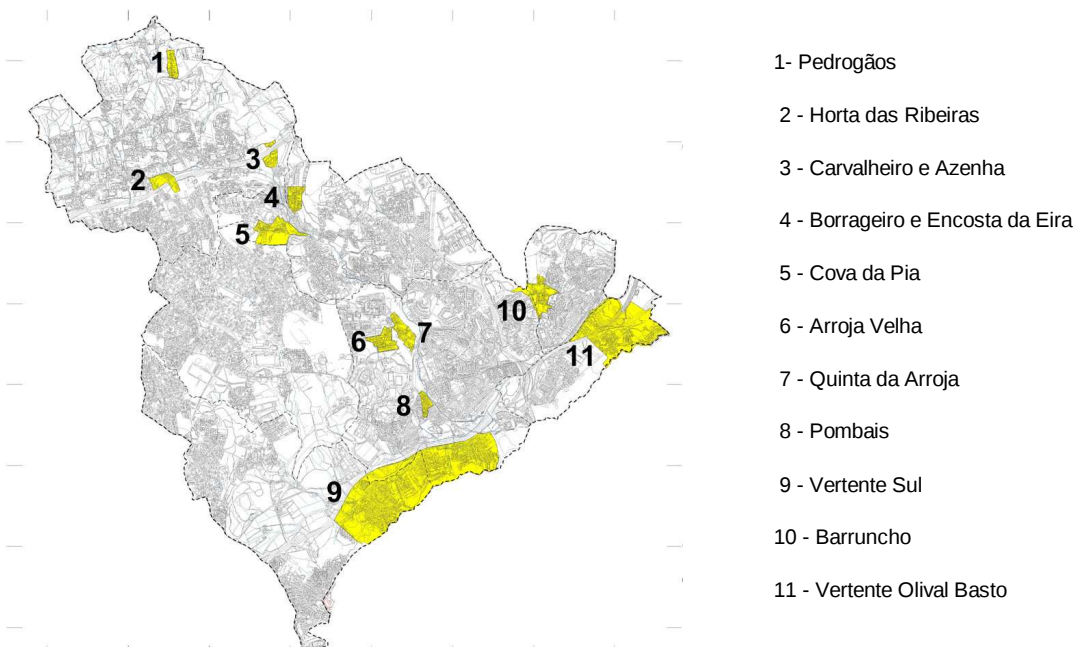
	▪ Como elemento estruturante surge o sistema viário de distribuição local; ▪ A tipologia multifamiliar com volumetrias elevadas ; ▪ os usos comerciais e de serviços ocupam os pisos térreos dos edifícios. Em geral estes usos não estão associados a espaços públicos para além do simples passeio, o que muitas vezes pode ser um factor de desinteresse para os potenciais clientes; ▪ Raramente existem âncoras de estruturação do território – a monotonia desta paisagem urbana quase nunca é “quebrada” por um elemento de destaque – jardim, equipamento ou outro elemento; ▪ Existem situações de excepção, nas quais existe um maior cuidado com o espaço público, embora sendo este ainda deficitário.
Zonas Monofuncionais	
	▪ Áreas com manchas de espaços construídos monofuncionais, geralmente ocupados por usos industriais, sendo as mais recentes, ocupadas também por grandes superfícies comerciais; ▪ Quarteirões ocupados quase na sua totalidade por espaços construídos. ▪ Geralmente associadas a vias distribuidoras; ▪ Estrutura viária deficitária, sem hierarquia ou distinção funcional dos espaços de circulação, exceptuando as áreas de construção mais recente, cujo traçado está adequado às funções
Zonas Problemáticas	
	▪ Espaços construídos em zonas de risco; ▪ A ocupação ocorreu de forma desordenada e arbitrária dando origem a um amontoado de construções com diferentes volumetrias, formas e usos. ▪ A rede de acessibilidades é primária, descontínua e com um carácter provisório, sendo frequente a presença de impasses; ▪ O espaço público cinge-se ao espaço de circulação automóvel.

Áreas Críticas

A par da classificação anterior note-se a delimitação de áreas críticas (Fig.8), cujos critérios variam de acordo com cada situação, estando geralmente associados a questões como estrutura urbana muito frágil, génese ilegal e imagem urbana negativa. Nesta classificação são também tidos em conta elementos como inexistência ou défice de infra-estruturas, de equipamentos colectivos e de espaços de sociabilização, fraca acessibilidade, habitação com

deficientes condições de habitabilidade, geralmente de duvidosa estabilidade de construção e, acrescendo ainda, a presença de actividades produtivas ou de serviços urbanisticamente desqualificantes.

Figura 8 – Áreas Críticas



Dinâmicas Urbanísticas

A dinâmica do concelho é revelada pelo crescimento urbano registado nos últimos anos nas freguesias de Odivelas e Ramada e pela pressão da ocupação que ainda se faz sentir nos espaços expectantes, sendo precedida pela proliferação de áreas construídas de génese ilegal sobretudo na Freguesia de Famões.

A ocupação ilegal do solo gerou áreas construídas formadas a partir de processos desorganizados de urbanização que actualmente ganharam atributos de bairro através de processos de legalização, concentrando milhares de moradores.

Nas últimas duas décadas deu-se um grande crescimento urbano nas áreas a Norte e mais recentemente a Poente. A cidade de baixa e média densidades foi crescendo para a periferia, dando lugar a uma cidade com maior densidade.

Assistiu-se à consolidação de novas centralidades emergentes a partir da difusão das actividades terciárias para fora do centro da cidade de Odivelas. Este percurso corresponde ao movimento e concentração do capital imobiliário nestas áreas, baseado na habitação que foi ganhando novos perfis com a incorporação de áreas comerciais e de serviços.

Geraram-se pequenos núcleos secundários ao longo dos principais eixos rodoviários locais: Av. D. Dinis no sentido Poente ligando à urbanização das Colinas do Cruzeiro e Av. Abreu Lopes no sentido Norte articulando com as vias principais das urbanizações mais recentes que proliferaram na Freguesia da Ramada. Estes movimentos foram também potenciados pela implementação de um traçado rodoviário de cariz regional que ajudou a definir e balizar áreas possíveis de expansão, dadas as melhorias na acessibilidade.

Pode definir-se uma centralidade principal no centro da Freguesia de Odivelas, sendo esta a sede de Concelho. Todavia, podem observar-se centralidades secundárias junto das áreas mais consolidadas das várias freguesias, pese embora na Freguesia de Famões se assista a um desenvolvimento de um eixo de terciário ao longo da via principal de atravessamento desta Freguesia, perspectivando-se uma concentração a Poente, junto de uma área empresarial ao longo da via T14.

Assiste-se agora à consolidação de áreas que sendo de franja, dada a proximidade aos limites dos concelhos de Amadora, Odivelas e Loures e que por essas razões, ajudaram a definir limites administrativos precisos, começam a gerar entre si pequenos núcleos urbanos, sendo exemplo a área a Norte da Freguesia da Póvoa de Santo Adrião.

Odivelas tem de facto a oportunidade de criar uma nova cidade. Para que tal seja possível é imperativo que se estabeleçam os critérios que permitam na prática, construir uma malha urbana e um espaço urbano qualificado e coerente.

O processo de crescimento e construção de “cidade” pode e deve ser feito a partir da sobreposição e articulação de malhas e traçados diversificados. É evidente e fundamental, que ao tratar-se de áreas confinantes, haja uma planificação de conjunto, no que respeita às formas e aos desenhos de cidade.

3. PROPOSTAS

Da avaliação efectuada à estrutura e forma urbanas, concluiu-se um conjunto de necessidades, a partir das quais se enumeraram um conjunto de medidas ou recomendações que no decorrer dos estudos vieram a afirmar-se como fundamental na concretização das linhas estratégicas do *Plano Director Municipal de Odivelas* e nas propostas de estruturação e qualificação do espaço urbano concelhio.

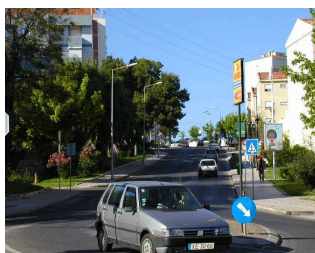
3.1. ESPAÇOS PÚBLICOS

3.1.1. AFIRMAR O ESPAÇO PÚBLICO COMO PRIORIDADE



A aposta no espaço público deverá partir da Câmara em colaboração com as Freguesias, no sentido de o partilhar com a comunidade e, mais especificamente, sensibilizar os agentes locais com influência na transformação do território.

3.1.2. DEFINIR, VALORIZAR E AMPLIAR UMA REDE DE CONTÍNUOS



Na óptica de um planeamento baseado em geometrias variáveis, a definição de uma estrutura de contínuos confere maior coesão ao território do Concelho e permite coordenar acções de qualificação, facilitar a articulação com outras áreas operacionais e com os privados.

Recomenda-se nos instrumentos municipais de planeamento e gestão:



- A definição de uma estrutura de contínuos;
- O estabelecimento de medidas para a consolidação e interligação dos sistemas locais de espaços públicos;
- A qualificação dos Grandes Caminhos, nomeadamente da EN 250 na ligação Póvoa de Sto. Adrião/ Odivelas/ Ramada/ Caneças;

- A definição de regras aplicáveis a futuros empreendimentos, formalizando espaços públicos de cedências coerentes, com localização e dimensão adequadas às suas funções.

3.1.3. IDENTIFICAR E VALORIZAR (E CRIAR) ESPAÇOS DE REFERÊNCIA



Identificar conjuntos edificados, praças, ruas ou jardins que marcam a imagem do território facilitando a sua legibilidade. Pela importância que a sua presença assume no quotidiano, a qualificação dos espaços de referência tende a produzir um efeito multiplicador, isto é, melhora a imagem da cidade, condicionando a percepção global por parte de quem a percorre.

Propõe-se:

- A valorização prioritária dos espaços de referência identificados em cada sistema local de espaço público;
- A identificação de espaços que possam ser reconvertidos nessa óptica (por exemplo, através da criação de *pocket parks* (pequenos jardins inseridos na malha urbana que podem ser concebidos, criados e, em alguns casos, geridos, com a participação da comunidade, como parques infantis, hortas urbanas, etc.), à imagem do que acontece na Ramada.

3.1.4. EQUILIBRAR A RELAÇÃO AUTOMÓVEL VS. PEÃO

Criar uma relação equilibrada, que respeite as necessidades funcionais de ambos, de modo a não existir supremacia de nenhum, o que pode gerar problemas de mobilidade a médio e longo prazo .



Recomenda-se:

- A criação de parques de estacionamento de tipos diversos junto aos principais sistemas locais de espaço público e estruturas de interfaces de transportes públicos;
- O reforço da segurança rodoviária para peões;
- A definição de perfis tipo para a rede viária que integrem passeios suficientemente amplos, contínuos e protegidos (Axelson et. al., 1999).

3.1.5. CONSTRUIR UM ESPAÇO PÚBLICO ACESSÍVEL A TODOS



Um sistema de espaços públicos acessível, i.e., utilizável de forma autónoma por pessoas com Mobilidade Condicionada. Diminuição de barreiras físicas e descontinuidades, tornando estes espaços mais funcionais, seguros e confortáveis para todos.

Recomenda-se:



- A promoção da acessibilidade no espaço público nos termos da Lei (Decreto - Lei 163/2006 de 8 de Agosto);
- A elaboração de um diagnóstico de carácter qualitativo da acessibilidade no Concelho, que faça uma análise global da situação e aponte prioridades de intervenção.

3.1.6. REGULAMENTAR A OCUPAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

A qualidade do espaço público depende em grande parte das decisões tomadas no quotidiano por uma panóplia de agentes, desde as entidades públicas que asseguram a limpeza ou instalam equipamento diversos (sinais de trânsito e semáforos, caixas técnicas, etc.) às entidades privadas que dele tiram proveito (com esplanadas, exposição de produtos, suportes publicitários, etc.).

Recomenda-se

- A elaboração de um regulamento municipal de ocupação e gestão do espaço público, que deve ser desenvolvido de forma participada e complementado com acções de qualificação.

3.1.7. ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO COM A ESTRUTURA NATURAL

A articulação da qualificação do espaço público com a recuperação dos sistemas biofísicos poderá gerar uma diversidade de oportunidades de valorização da paisagem urbana e da paisagem natural. Por outro lado, a criação de novos espaços verdes de uso público, como parques urbanos, deve ser feita numa óptica de complementaridade com outros usos, que potencie o seu impacto.

Propõe-se:

- A articulação dos sistemas locais de espaço público com estratégias de recuperação das principais linhas de água ou de outras áreas naturais;



- A criação de um corredor verde que integre funções de parque urbano e que, pela sua extensão e continuidade se aproxime das comunidades e possa atrair para as suas margens investimentos qualificados.

3.2. ESPAÇO CONSTRUÍDO

3.2.1. TERRITÓRIO CONCELHO

Promoção da identidade do concelho

Mais do que a preservação do património edificado classificado (ver estudo dos valores patrimoniais) é fundamental a preservação de lugares/ conjuntos representativos de diferentes estádios de desenvolvimento e de identidades do concelho. As zonas onde se registam o Padrão Ocupacional 1 (P1) são exemplos de espaços onde a concentração de valores simbólicos ligados à identidade sócio-cultural concelhia é mais forte e, como tal, são locais chave para preservar e, mais importante, vivificar.

Estruturação Urbana do território

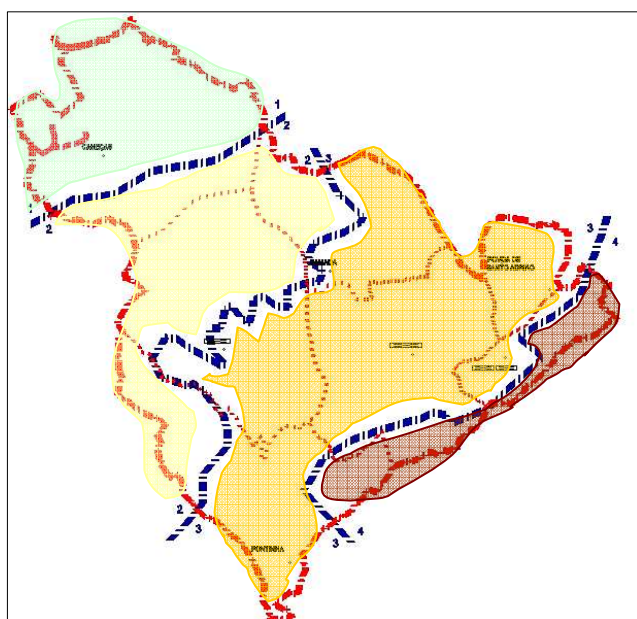
Para além dos identificados P1, a dispersão é a tônica evidente e dominante na estrutura territorial do concelho. A localização dos equipamentos não permitiu identificar uma hierarquia urbana. Desta forma a fruição do território é muito difícil e desequilibrada. Assim, a estratégia de, por um lado, promover e qualificar as centralidades já existentes – Odivelas, Póvoa e Caneças – e, por outro, criar e consolidar novas centralidades afigura-se como essencial para o equilíbrio do território.

Assim, se por um lado as freguesias da Ramada, Olival Basto e Pontinha podem-se nuclear com alguma facilidade, recorrendo a elementos construídos ou naturais (jardins, p.e.) já existentes, e com isso possibilitar a sua integração numa rede de acessibilidades bem dimensionada; Famões é o caso mais difícil uma vez que, no que respeita a centralidades, é um território monótono, sem hierarquias, no entanto a existência de espaços vazios é uma

oportunidade a considerar, podendo servir de suporte para futuras operações de regeneração urbana.

Clarificação de Unidades Homogéneas para efeitos de aplicação de mecanismos perequativos

Figura 9 – Unidades Territoriais Homogéneas



A definição das **unidades territoriais homogéneas** advém da necessidade de diferenciar espaços urbanos em estádios de desenvolvimento e crescimento diferenciados, onde se encontram realidades e apropriações do território muito distintas. Após uma análise da rede urbana à macro e micro-escala assume-se:

- Unidade Territorial 1 – Território a Norte da CREL, correspondente ao ambiente urbano de Caneças onde se preservam características de ruralidade;
- Unidade Territorial 2 – Território de Famões e serra da Amoreira, com uma ocupação extensiva de tipologia unifamiliar, com debilidades estruturais quer ao nível do tecido como da malha urbana;
- Unidade Territorial 3 – Território urbano de Odivelas, Ramada, Póvoa de Sto Adrião, Olival Basto e Pontinha onde se regista uma maior concentração de serviços/equipamentos e espaços de utilização colectiva. Unidade polarizadora das dinâmicas internas e externas;
- Unidade Territorial 4 – Zona a Sul da CRIL, espaço problemático quer ao nível da ocupação como ao nível socio-económico e biofísico -decorrente de um fenómeno metropolitano.

3.2.2. PADRÕES OCUPACIONAIS

No concelho de Odivelas, tendo em consideração as características ocupacionais descritas, simplificam-se os programas de intervenção nos seguintes objectivos que se cruzam e complementam conforme a tipologia de espaço urbano presente:

QUALIFICAR – Objectivo principal de qualquer intervenção em todas as tipologias de espaço urbano. Criar incentivos para a qualidade da intervenção privada sobre o território (prémios de arquitectura, engenharia), incutir o sentido social de posse sobre espaços urbanos de utilização colectiva (equipamentos, serviços e espaços públicos), dar especial ênfase à intervenção pública no espaço que é de todos, são algumas das acções que se devem adoptar como prioritárias;

MANTER – A intervenção no espaço urbano já consolidado, ou seja com alinhamentos e volumetrias perfeitamente identificados, com uma estrutura urbana definida, com espaços públicos de estada e circulação, terá como objectivo a manutenção dos tecidos e malha urbana existentes. Considera-se fundamental este objectivo nas zonas de padrão ocupacional 5 (P5);

REABILITAR – Apesar de ser um objectivo passível de aplicar a intervenções em espaços diversos, é nas zonas mais antigas (P1) que se assume como “peça-chave”. Reabilitar pressupõe o respeito pela morfologia urbana presente, ou seja, a melhoria das condições de uso e habitabilidade destas zonas será feita com a preocupação de recuperação da imagem dos conjuntos e do carácter dos espaços;

CONSOLIDAR – Considera-se a consolidação como principal objectivo nas estruturas urbanas onde apesar de já existir construção, os “espaços vazios” proporcionam a possibilidade de definir e melhorar a forma e função do território urbano. Colmatar espaços assumindo as regras da envolvente sempre que favoreçam a qualidade urbana ou definindo novas regras – alinhamentos, volumetrias, características dos espaços de circulação – passeios, faixa de rodagem, etc.

Este objectivo revela-se fundamental nas zonas P3 e P6;

INTEGRAR – A integração encara-se como objectivo transversal a todos os padrões ocupacionais, ou seja, os diferentes momentos de crescimento do espaço urbano ocorreram negligenciando o seu papel de charneira, a importância da continuidade e complementaridade. Geraram-se espaços descontínuos e de difícil percepção de conjunto. Importa assim, que se encontrem os elementos de continuidade entre diferentes espaços e que nas novas intervenções esta preocupação seja assumida de raiz. Os espaços com programas funcionais singulares, sejam eles industriais ou de equipamentos também carecem deste tipo de preocupações.

Para a concretização deste objectivo, será necessário intervir sobre o espaço público, dada a sua importância na criação e manutenção de continuidade urbana – através do fomento de redes de circulação automóvel ou pedonal, e de regulamentação da componente estética das intervenções a levar a cabo no património construído (formas, volumes, cores).

Figura 10 – Principais Tipologias de Intervenção por Tipologia de Espaços Urbanos

Padrões ocupacionais	P1	P2	P3	P4	P5	P6	Mono-funcionais	Problemático
Tipologia de Intervenção								
QUALIFICAR								
MANTER								
REABILITAR								
CONSOLIDAR								
INTEGRAR								

Estas tipologias de espaços são apresentadas na planta 19 - Estrutura e Forma Urbana, que serve de base para a sustentação da qualificação do solo proposta pelo PDM.

Como se pode verificar, as tipologias de intervenção Qualificar e Integrar são transversais a todos os padrões ocupacionais, dada a necessidade de intervenção de conjunto em todo o território, de modo a atenuar os efeitos negativos gerados pelo crescimento urbano desconcertado.